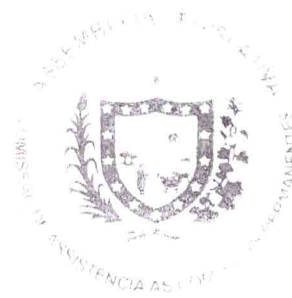




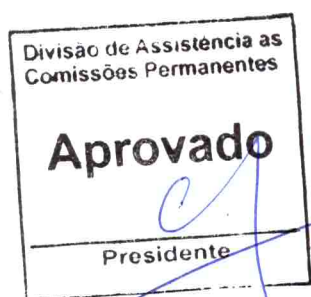
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Direitos Humanos e Minorias



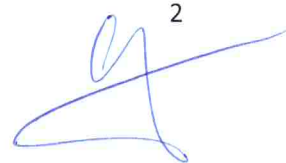
Ata



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA COM O OBJETIVO DE DEBATER O
FORTALECIMENTO DAS MEDIDAS DE
ENFRENTAMENTO ÀS PRÁTICAS DE ABUSO E
EXPLORAÇÃO SEXUAL, REALIZADA NO DIA 24 DE
MAIO DE 2019.

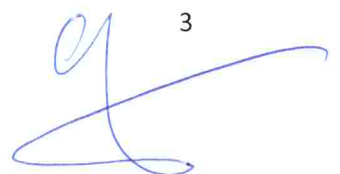
Aos vinte e quatro dias do mês de maio, de dois mil e dezenove, às nove horas e cinquenta e três minutos, foi realizada a Reunião de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias, no Plenário “Deputado José Mariz” da Assembleia Legislativa da Paraíba, que teve como objetivo debater o “Fortalecimento das Medidas de Enfrentamento às Práticas de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Paraíba”. Propositura da deputada Estela Bezerra, sob a presidência interina da vice-presidente da referida comissão, deputada Cida Ramos. Ato contínuo, a senhora presidente convidou as seguintes personalidades para composição da Mesa: deputada Estela Bezerra, na condição de secretária e autora; senhoras Joana D'Arc - delegada dos crimes contra a infância e juventude; Irene Marinheiro - Rede de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e Adolescente - REDEXE; senhores Carlos Ribeiro - Presidente da ACONT-PAB; vereador Marcus Vinicius - Presidente da Frente Parlamentar da Criança e Adolescente de João Pessoa; Lamark Vitor Donato - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba; senhora Joseane Francisca da Silva - Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA e Membro do Fórum DCA; senhora Madalena Dias - Gerente Executiva da Proteção Social - representando a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Humano; Niedja Rayla - adolescente protagonista da Rede Margarida Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba; senhora Verônica Oliveira -

conselheira tutelar e da REDEXE; senhor Renato Lucena - representando o Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Criança e Adolescentes de João Pessoa; senhora Michelli Ferrari - Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente-OAB/PB; e professora Marilene Araújo - departamento de Serviço Social da UFPB. Feito isto, passou-se a leitura do Expediente em Mesa, que constou do seguinte: Requerimento N° 473/2019, da deputada Estela Bezerra e das ausências justificadas: da presidência deste Poder; do Ministério Público Estadual; da Defensoria Geral; e da deputada Camila Toscano, impossibilitados de comparecer por compromissos agendados anteriormente. Em seguida, a deputada Estela Bezerra foi convidada ir à Tribuna para proferir seu discurso. Saudando a todos, afirmou que requereu esta Audiência Pública, alusiva ao dia 18 de maio, que tem como objetivo fortalecer o debate com a sociedade sobre as práticas de abuso e exploração sexual contra as crianças e adolescentes do nosso País e, conseqüente, na Paraíba. Na ocasião, afirmou que reconhecia e assumia as estratégias para o enfrentamento, de forma intersetorial e estrutural, a partir da redução das vulnerabilidades sociais expressas através da fome, da pobreza, das desigualdades de gênero, raça, entre outros. Deste modo, a deputada salientou que esta pauta configurava-se como importante componente da democracia, enquanto espaço estratégico de debates, cujo papel era reunir os diferentes atores e movimentos sociais, no propósito de possibilitar aumento da visibilidade do tema em questão. Afirmou que essa discussão, no cenário local, com órgãos públicos, organizações não governamentais e toda rede de proteção às crianças e adolescentes na Paraíba, visa um aperfeiçoamento, bem como, a implementação de estratégias para o combate ao abuso e exploração sexual infantil. Passou a discriminar os números de violação dos direitos humanos das crianças e adolescentes no Brasil e na Paraíba. Relatou que, entre 2011 a 2017, foram registrados 184.224 (cento e oitenta e quatro mil e duzentos e vinte quatro) casos de violência contra crianças e adolescentes. Sendo que, 76% são cometidos dentro do seio familiar. Na oportunidade, deixou registrado que as leis não eram cumpridas pelos agressores e a cada trinta e quatro horas, registrava-se uma ocorrência de abuso ou exploração sexual contra nossa futura geração. Proferiu ainda que esta Reunião de Audiência Pública, na realidade era a segunda a ser realizada, e que a primeira foi na OAB, em fevereiro. Afirmou ainda que irá encaminhar outra propositura, para apreciação desta Casa, no sentido de realizar uma Reunião de Audiência Pública para debater com os conselhos tutelares, tendo em vista que os conselheiros estavam enfrentando muitos problemas. Ato contínuo, passou a palavra à professora Joana D'Arc, após as saudações de praxe, salientou que iam continuar resistindo e ocupando as ruas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas não só deles, também pelos direitos das mulheres, dos negros, dos idosos, dos LGBTQ e dos povos oprimidos. Em seguida, apresentou um panorama da violência sexual na Paraíba: em 2009 foram 293 (duzentos e



noventa e três) procedimentos autuados pelo MP/PB, dos quais 48 ainda estavam ativos. Entre janeiro e dezembro de 2017 o disque denúncia recebeu mais de 260 (duzentas e sessenta) denúncias. Em 2018, 159 (cento e cinquenta e nove) casos e de 2010 a 2018 havia vinte e duas ações judiciais em curso. Afirmou que, na Paraíba existiam alguns casos graves, a exemplo da Arquidiocese onde alguns padres estavam envolvidos em casos de abuso e exploração sexual com dezenas de jovens e que, esses jovens estavam demonstrando sequelas profundas de dor e sofrimento. Na oportunidade, a oradora disse ainda que, na Paraíba havia casos de rotas de tráfico com fins de exploração sexual em conexão com outros estados da federação. Nesse sentido, solicitou a criação de uma Frente Parlamentar em defesa da criança e do adolescente, bem como outros encaminhamentos: Implementar a Lei N° 13.431/2017; criar o CAI - Centro de Atendimento às famílias das vítimas e das próprias vítimas; encaminhar ao MP/PB os dados de exploração sexual registrados pelos CREAS e outras instituições; monitorar os casos de abuso e exploração sexual apurados pelo MP/PB; entre outros. Todos acolhidos pela Mesa. Por fim, apresentou um Voto de Repúdio à fala do Presidente Bolsonaro, pelo seu discurso onde convidou turistas a virem ao Brasil dizendo que as mulheres estavam à disposição. Proferiu que, isso era um acinte às mulheres e um incentivo ao turismo sexual de crianças e adolescentes. Concluiu a oradora. Nesse ínterim, foi apresentado um vídeo onde adultos entravam em contato com crianças pela internet, no intuito de abusar das mesmas, com o título: "Esse não é o *status*, que queremos". Dando sequência, a proponente da reunião, a deputada Estela Bezerra registrou a presença do responsável pelo Sistema de Abastecimento Hídrico da Paraíba Senhor João Vicente. Ato contínuo, a parlamentar do PSB ressaltou a importância do seu trabalho e informou que, anteriormente, havia apresentado um Título de Cidadão Paraibano ao referido Senhor. Em seguida, a deputada Estela Bezerra também cumprimentou os alunos do Colégio Raul Córdula, representantes das escolas públicas estaduais, presentes no recinto. Com a palavra, assomou à Tribuna a representante das adolescentes paraibanas Srta. Lígia. Inicialmente agradeceu às proponentes da Audiência Pública e, posteriormente, lamentou que, no dia dezoito de maio passado, haviam-se passado quarenta e três anos da morte da jovem Araceli, e o agressor continuava impune. Enfatizou em seguida que, "quando uma adolescente era sexualmente agredida, toda a sociedade era afetada". Disse que, "estamos vivendo em uma sociedade onde a vítima era sempre considerada culpada". Entre outras colocações, a oradora discorreu sobre os locais onde mais proliferavam as denúncias. Acrescentou que, a região da praia era a que menos fazia denúncias. A maioria dos casos denunciados provinha de mulheres negras da periferia, denunciou. Em seguida, ressaltou a importância da família na prevenção desse tipo de abuso e de qualquer tipo de violência contra crianças e adolescentes. Ato contínuo, fez uma denúncia sobre os altos índices de casos de

3



abusos sexuais contra as crianças e adolescentes no país. Segundo a oradora, “a cada hora, uma criança era explorada ou abusada sexualmente no Brasil”. Nesse ínterim, esclareceu sobre o que seria abuso, violência ou exploração sexual. Concluiu dizendo que, as crianças e jovens não são só o futuro da nação, são o presente desta nação. Dando continuidade, a presidência procedeu à leitura nominal das autoridades presentes. Logo após, a deputada Estela Bezerra fez uso da palavra. Iniciou o seu pronunciamento afirmando que, a nação deve proteger a integridade de nossas famílias não podendo permitir que abusos, de qualquer natureza, aconteçam. Entre outras alegações ressaltou que é necessária a mudança de cultura e mentalidade, mudando o modelo vigente de 'masculinidade'. Em seguida, passou a palavra para a Presidenta deputada Cida Ramos. Inicialmente, a oradora parabenizou a deputada Estela Bezerra pela iniciativa. Também saudou as demais autoridades presentes e classificou como fundamental debater com a sociedade o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Segundo a oradora, sua preocupação se devia ao aumento do número de notificações desse tipo de crime. Recordou em seguida que, quando esteve à frente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano foi criada uma rede de proteção a estas vítimas, no entanto, a parlamentar destacou a necessidade da elaboração constante de políticas públicas que possam encorajar a denúncia. Lembrou que na Paraíba foi implantado o disque 123 e é o único estado do Brasil a ter seu próprio disque denúncia. Segundo a parlamentar, a Paraíba tem casas de acolhidas, planos de enfrentamento à violência e ao abuso sexual, conselhos tutelares que contam com o apoio do Governo do Estado e o que precisa agora é transformar tudo isso em políticas públicas de Estado, disse a deputada. Entre outros comentários, concluiu o seu pronunciamento. Dando prosseguimento, assumiu a Tribuna o Secretário Executivo de Estado da Segurança e Defesa Social, Coronel Dr. Lamarck Victor Donato. O orador iniciou o seu pronunciamento declarando que, infelizmente, quando esse tipo de informação chega à polícia, já está no último caso. Nesse ínterim, teceu comentários sobre as famílias que demoravam a ter a percepção dos casos. Afirmou que a maioria das notificações de crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes retratava que a violência acontecia dentro do lar da vítima e por um longo período de tempo. Com base nessas informações, ressaltou a importância do Estado criar, cada vez mais, canais de comunicação diretos com a sociedade para que este tipo de crime seja denunciado. Lembrou que qualquer delegacia de polícia está disponível para receber estas denúncias, que também podem ser feitas diretamente através dos números disponibilizados, a exemplo do disque 100, disque 156, disque 197 e até mesmo o 190. Esses caminhos devem ser utilizados para que os crimes sejam levados ao conhecimento das autoridades e as devidas providências possam ser tomadas, explicou o secretário. Enfatizou em seguida que, entendia que o debate precisava ser intensificado, pois, embora registre-se um declínio no número de



denúncias, existe ainda subnotificações. Falou que, toda oportunidade que a sociedade organizada tiver pra discutir essa pauta, com o apoio da mídia, é necessário que se faça, pontuou o secretário. Em seguida, fez referências às parcerias da Polícia Civil com a Secretaria de Direitos Humanos e, outras, tendo como objetivo “enfrentar esse câncer que precisa ser extirpado da sociedade”. Retomando a palavra, a deputada Estela Bezerra registrou a presença da presidenta da PBTUR Ruth Avelino e convidou-a para tomar assento à Mesa. Nessa ocasião a oradora lembrou que, o Hospital Arlinda Marques era uma entidade de referência para atender aos casos de abuso ou violência sexual, onde a vítima era a criança ou adolescente. Logo após, fez uso da palavra a titular da Delegacia de Crimes contra a Infância e a Juventude, delegada Dra. Joana D'Arc Sampaio Nunes. Disse a oradora que, a quantidade de ocorrências relacionadas ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes envolvendo membros da família era a principal preocupação da sua delegacia. A delegada classificou o abuso sexual como um "crime de extrema crueldade" e que, infelizmente, além das ocorrências dentro do seio familiar, essas famílias se 'omitem' diante da gravidade do crime. Segundo a delegada Dra. Joana D'Arc, muitas das vezes a família percebe, mas não denuncia devido a fatores envolvidos. Às vezes o abusador é o provedor da família, às vezes a vítima não denuncia por pensar ‘eu vou acabar com o casamento da minha mãe’ ou ‘não vão acreditar em mim’, relatou. Entre outros comentários, concluiu o seu pronunciamento. A deputada Estela Bezerra agradeceu a oradora pelo seu ativismo à causa. Dando sequência, assumiu a Tribuna o vereador Marcos Henriques. Na oportunidade, o vereador afirmou que, de acordo com dados do Ministério Público da Paraíba, em 70% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescente o agressor era o pai ou o padrasto da vítima. Os dados são importantes que possamos criar leis efetivas. O Poder Legislativo precisa ser atuante, tanto nos municípios como no Estado, afirmou. Nesse íterim, o vereador propôs a criação de uma Frente Parlamentar conjunta, entre a Câmara Municipal de João Pessoa e a ALPB, com o intuito de elaborar soluções de enfrentamento a esse tipo de crime. “Vamos fazer uma Frente mista para que a gente possa socializar informações e, sobretudo, para que a gente possa, realmente, fazer com que a criança e o adolescente se sintam representados”, declarou. Entre outras colocações concluiu o seu pronunciamento. Da Tribuna, a Presidente da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-PB Dra. Michele Ferrari. Em discurso lido, a oradora ressaltou, entre outros comentários que, a comissão que fazia parte, tem acompanhado as políticas públicas e enfrentado situações de violência contra crianças e adolescentes no Estado e pautado os desafios na seara infanto-juvenil, como também tem se empenhado para exigir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente e o pleno cumprimento pelos órgãos públicos e a sociedade civil. Defendeu, na ocasião, a necessidade de um fortalecimento e a criação de um orçamento

público e prioritário para a infância e juventude, como também a necessidade de ter equipes completas e qualificadas para prestar o atendimento adequado. Concluiu, portanto, defendendo a importância da prevenção e o aprimoramento dos mecanismos de denúncia, notificação e investigação de violações dos direitos de crianças e dos adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões e a qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Continuando, a senhora Joseane Francisca da Silva, membro do Fórum DCA, discorreu sobre o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, que contava com vinte e dois membros efetivos e entre outros comentários, concluiu informando que, nos dias 13 e 14 de junho o Conselho Consultivo estará realizando uma conferência com este mesmo tema, e conta com o apoio efetivo dos conselhos tutelares e outras entidades. Logo após, passou-se a palavra à professora Marlene de Melo Barbosa Araújo, que, na ocasião, parabenizou a iniciativa da propositura, falou da necessidade de somar esforços no combate a esse tipo de violência, ressaltou a relevância do tema e frisou que esse tipo de violência era parte integrante de uma cultura histórica e patriarcal e de uma sociedade machista. Disse ainda que vários eram os fatores causadores desse tipo de ocorrência e fez menção aos trabalhos promovidos pela Universidade Federal da Paraíba no tocante à conscientização das pessoas quanto à importância do combate a esse tipo de violência. Ela ainda fez críticas ao Governo Federal no tocante a retirada de alguns direitos conquistados, expôs dados de pesquisa sobre processos de combate à violência sexual contra criança e adolescente e concluiu citando uma frase de um cientista político. Em seguida, usou da palavra à senhora Madalena Dias, Gerente Executiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, que, após cumprimentar os presentes à mesa, falou das ações de combate e enfrentamento à violência e exploração sexual de criança e adolescente desenvolvidas pela Secretaria de Estado, destacou o projeto de mobilização da secretaria, lamentou o aumento de casos desse tipo de violência, reiterou o compromisso da Secretaria no apoio e no combate à violência e exploração sexual de criança e adolescente e agradeceu a oportunidade de ter usado a palavra. Falou em seguida o senhor Renato Lucena, representante da sociedade civil, que, inicialmente, agradeceu o convite, frisou a importância do debate sobre o tema, lembrou que grande parte desse tipo de violência acontece dentro de casa e que era difícil de ser percebido, opinou afirmando que era preciso romper o silêncio e concluiu asseverando que crianças e adolescentes precisavam ser protegidos de toda e qualquer forma de violência. Logo após, a presidente concedeu a palavra à senhora Verônica, Conselheira Tutelar, que abordou casos de encaminhamentos de violência contra crianças e adolescentes às delegacias, questionou a forma desses encaminhamentos e o modo de atendimento desses menores nessas delegacias especializadas. Ela ainda



lamentou a falta de profissionais capacitados para atender essas crianças, apresentou propostas de encaminhamentos à mesa, fez sugestões sobre o serviço de atendimento da polícia científica sobre o exame de corpo de delito do hospital Arlinda Marques e encaminhou como proposta de lei um tipo específico de instalação de serviço de escuta secreta para ouvir as crianças. Depois, falou o senhor Carlos Ribeiro, Presidente da Associação de Conselheiros Tutelares da Paraíba, que parabenizou a propositura da deputada Estela Bezerra, destacou os 29 anos do surgimento do Estatuto da Criança e Adolescente, disse que o enfrentamento e o combate à violência contra criança e adolescência devem ser abordados sob vários enfoques, acostou-se às palavras da senhora Verônica e discordou dos casos em que os conselheiros são obrigados, muitas vezes, a serem testemunhas de crimes de violência contra a criança. Por fim, parabenizou a iniciativa da deputada Estela Bezerra e agradeceu a oportunidade do uso da fala. Falou, em seguida, a senhora Ruth Avelino, que, após saudação à mesa, ela relatou o papel da Secretaria no combate ao "turismo sexual", frisou o cuidado que o Estado possui com as hospedagens dos grandes hotéis, destacando que não eles permitem a entrada de criança e adolescente sem apresentação de documentação devida. Por fim, ela mencionou a importância do papel da PBtur e disse que o Estado estava tendo um maior cuidado com as crianças e adolescentes da Paraíba. Concluiu agradecendo. Após tais discursos, a presidente procedeu à leitura dos encaminhamentos e anunciou o encerramento dos trabalhos. Sala das Sessões. João Pessoa, 24 de maio de 2019.

Deputado Edmilson Soares

Presidente